



O Espírito da Política Homo politicus

Raimon Panikkar

Título original: El Espíritu de la Política

© 1998, Raimon Panikkar

Primeira edição publicada por Ediciones Península, Barcelona, 1999

Todos os direitos reservados. Nenhuma parte deste livro pode ser reproduzida, exceto pequenos trechos para citações ou resenhas, sem a permissão por escrito dos autores.

Direitos para a língua portuguesa reservados a

TRIOM – Centro de Estudos Marina e Martin Harvey Editorial e Comercial Ltda.

Rua Araçari, 218

01453-020 – São Paulo – SP – Brasil

Tel/fax: 11 3168-8380

editora@triom.com.br – www.triom.com.br

Tradução do espanhol: Mercês Rocha

Tradução das palavras em grego no original: Professor Guilherme Algodoal

Revisão: Vitoria Mendonça de Barros e Ruth Cunha Cintra

Foto do Autor: Roger Velázquez

Capa, diagramação e fotolitos: Casa de Tipos Bureau e Editora Ltda.

A Absorção da Política pelo Estado

A *política* pode ser definida como 'o conjunto dos princípios, símbolos, meios e atos mediante os quais o homem aspira ao bem comum da *polis*'.¹⁸ Convém insistir nesta definição compreensiva porque é, com demasiada frequência, que se limita a política ao que se refere ao governo do Estado. O âmbito da política é muito mais vasto.

O *político* seria a dimensão humana que permite que a atividade política do homem seja um ato plenamente humano, uma atividade humana. Ou melhor: seria o campo conceitual da atividade política do homem.

A *política* é uma *praxis* que remete a uma teoria. Esta teoria em uma *praxis* é a ciência política. Note-se que a distinção entre o político e a política ainda continua sendo bastante vaga, na linguagem corrente.

Mas, antes de nos aprofundarmos nestes conceitos, é preciso refletir sobre a situação contemporânea.

Uma aproximação intercultural nos permitirá ressaltar o fato de que o conceito corrente de 'político', ao limitar-se à problemática afirmada pelo estado moderno, coloca-se em uma via sem saída.

Cada nação tem uma cultura própria. A cultura abarca um conjunto cujos componentes estão estreitamente ligados entre si: língua, comida, vestimentas, costumes, religiões, arte, estilo de vida, bio-região – em síntese, é um mito unificador. Cada cultura encarna uma concepção única do mundo e da vida – evidentemente com divergências de maior ou menor importância. Cada uma representa uma espécie do gênero humano. E, por sua vez, cada nação possui uma especificidade cultural: é uma espécie, uma espécie cultural do gênero humano, do gênero cultura. Pelo contrário, o estado moderno não é um gênero. Ele se apresenta como uma espécie única. Sua especificidade reside em sua individualidade. Não se pode negar nem suas origens ocidentais nem sua estrutura forjada a partir das idéias da ilustração.

Hoje em dia, chegamos a uma uniformidade impressionante: uma tecnocracia única, uma administração com procedimentos idênticos em todos os ramos da burocracia pública, uma organização chamada 'racional' (leia-se 'moderna'). O estado, por sua própria natureza, não pode ser pluricultural. Precisa apoiar-se em uma estrutura que deve ser uniforme em todas as partes: é o que denomino de 'complexo tecnocrático'. Todas as torres de controle dos aeroportos do mundo devem dar e receber as ordens em um código linguístico único. A economia dos estados modernos não pode ser pluralista nem intercultural porque o mercado monetário o proíbe. Os estados ainda cunham sua moeda por inércia histórica.

¹⁸ Cf. Panikkar, 1978/1, p. 74.

Pelo contrário, as nações podem conservar suas línguas e suas visões do universo. Cada nação é um microcosmo, forma um todo não isolado, posto que se relaciona com as outras nações sem que seja preciso haver outras regras, neste âmbito, além das estabelecidas na ocasião do encontro pacífico ou bélico.

A constelação política do mundo atual nos oferece um exemplo chocante: a Europa é formada por estados que reúnem certo número de nações (sem estado) submetidas a esses estados ou em rebelião contra eles; mas estes últimos, por sua vez, tentam confederar-se em uma União Européia dirigida, simultaneamente, pelo pragmatismo econômico e como resposta a um destino histórico. Os acontecimentos recentes na antiga URSS e na Iugoslávia nos mostram em toda a sua crueza a força das nações com relação ao estado. A Ásia está saturada de grupos linguísticos, culturais e religiosos que também deveríamos chamar de nações, que estão reunidas nestes estados mais ou menos estáveis e de criação artificial. A Índia é um exemplo disto. Sem entrar em todas as complexidades asiáticas de Bangladesh ou de Punjab, tomemos o exemplo mais simples da Catalunha. Este país aspira uma autonomia real e, até mesmo, uma maior independência. Está em seu direito. É o direito dos povos. Mas – e aí reside o paradoxo – ao converter-se em estados, os povos sacrificam sua independência como nações. Precisam modernizar-se a partir de um modelo único, e assim se chega ao colonialismo moderno. As nações se convertem em vítimas de seus próprios estados. Quando Gandhi renegou a formação de um exército institucionalizado e estável, renegou, simultaneamente, a existência de um exército indiano. No entanto, a Índia, como estado, não pode prescindir de um exército. A África é formada por tribos que quiseram se reunir em estados, chamados (não sem ironia) de 'independentes'. As nações (neste caso, as tribos) perdem sua identidade e sua independência ao converterem-se em estados. Esta transformação é frequentemente trágica. Estas considerações teóricas derivam diretamente da ordem da *práxis*.

Parece-me importante destacar a idéia de individualismo latente no conceito moderno de estado. *O atual estado soberano corresponde ao indivíduo a que o ser humano se reduziu.* O estado é o indivíduo coletivo. Os estados são indivíduos coletivos soberanos. Não é preciso ter muita imaginação para perceber de que isto não corresponde à realidade. Parece mais uma comédia e, geralmente, uma farsa sinistra. Entende-se o poder de veto dos cinco estados nas Nações Unidas; o fatos mostraram isto amplamente.¹⁹

Não é sem ironia que a linguagem ainda nos fala de estados soberanos – ou seja, *superani* (superiores), os mais elevados, que estão acima de qualquer outro poder. Compreende-se a razão de ser do monarca, que é o membro mais elevado da comunidade, porque ele a representa e porque a autoridade que ele detém provém de Deus. Um estado soberano é sinônimo de um estado monárquico. Assim se compreende que os gramáticos modernos nos convidem a escrever estado com maiúscula: o Estado soberano e supremo, que está acima de tudo, dominando tudo. Qual pode ser a relação entre soberanos se não

querem, de forma voluntária, renunciar à sua soberania? E não o farão se não obtiverem alguma vantagem. Mas, se renunciarem à sua soberania, já não dominarão como soberanos. Aqui, estamos em pleno pragmatismo. A instância mais alta já não é o soberano, mas sim a *Realpolitik*, que sabe fazer concessões que serão anuladas quando for demonstrado que não há vantagens para o estado mais importante, o qual poderá permitir-se o luxo de perseguir seu próprio interesse, uma vez que é absolutamente supremo. Já estamos no *bellum omnium contra omnes*, 'a guerra de todos contra todos'. Estamos muito longe de Scipião: *Sine summa iustitia rem publicam feri nullo modo posse* – como Cícero nos recorda – “Sem a justiça maior, ninguém pode reger, de modo algum, os assuntos públicos”.

Enquanto o estado é um indivíduo coletivo, a *idéia de nação corresponde ao conceito tradicional de pessoa*. As nações são pessoas, ou seja, representam relações interdependentes. Uma nação única seria uma contradição, como também seria uma contradição o conceito de uma só pessoa. Encontramo-nos aqui diante de uma das síndromes do pensamento moderno: a obsessão pela quantificação. No entanto, nem a pessoa nem a nação são quantificáveis. Nem o singular e nem o plural têm sentido. A pessoa não é nem 'una' nem 'múltipla': é um nó na rede de relações. Não há nó sem relações nem relações sem nó. O mesmo acontece com a nação enquanto pessoa coletiva. Nenhuma nação pode ser soberana (pois não se pode aplicar a ela o conceito de soberania). Cada nação é única: não tem substituto. Sua dignidade reside na unicidade de suas relações com todos. Estamos aqui no regime do pluralismo. Ao passo que um estado (como indivíduo) não é constituído por suas relações com os demais, mas sim por aquilo que é *indivíduus* (indivisível), 'não participável' – ele é soberano. Estamos frente a dois esquemas diferentes.

Permito-me sublinhar aqui a importância das idéias. O nascimento da consciência do indivíduo e da consciência do estado não carece de relação. O esforço dos marxistas para subsumir o indivíduo na coletividade não é mais convincente do que o individualismo 'liberal'. A dimensão do homem pertence à antropologia que abarca a dimensão política como constitutiva do homem.²⁰ Apesar do princípio de ação subsidiária recomendada inclusive por Pio XI²¹, que afirma que o estado deve unicamente prover as necessidades dos cidadãos e organizar o que as demais comunidades não são capazes de fazer (como, por exemplo, assegurar a defesa nacional), hoje em dia o Estado está cada vez mais se convertendo em *manager* da ciência, da indústria e até mesmo da cultura (incluindo o tempo)²², invertendo assim a ordem natural das coisas. A razão é muito simples e também tem relação com nosso problema: a *monetização* da cultura. O caráter principal da

¹⁹ Trata-se aqui da invasão do Panamá por parte dos Estados Unidos em dezembro de 1989, durante a presidência de George Bush.

²⁰ Cf. Panikkar, 1991/XXI, p. 41-86; 1985/8.

²¹ Cf. *Quadragesimo anno*, 1931, parágrafo 79.

²² Cf. o interessante estudo de Gross, 1985, que mostra como o estado moderno domina os indivíduos mediante a imposição sutil de sua própria cronologia.

modernidade é o preço monetário que está adstrito a toda atividade humana. Em nossos dias, a maior parte das atividades artísticas, científicas, industriais e outras não poderiam ser realizadas sem dinheiro: o estado converteu-se em depositário e única garantia do dinheiro, por mais que isto seja posto em questão pelos bancos e empresas multinacionais. E, como consequência, são estes últimos que, por sua vez, se converterão nos grandes 'patrões' da cultura, das artes e da investigação científica. É útil assinalar aqui que o estado clássico do século passado compreendia cinco ministérios: guerra, assuntos exteriores e assuntos interiores, justiça e fazenda. O estado contemporâneo intervém na agricultura, energia, transportes, esportes, informação, turismo, meio ambiente, cultura, saúde e até mesmo no âmbito intelectual; na Venezuela há um 'ministério da inteligência'. Por inércia do espírito ainda são chamados de 'ministérios'. Deveriam ser chamados de 'magistérios'.

A consequência deste controle do estado sobre a maior parte das atividades da vida humana é dupla. Por um lado, o estado dirige quase tudo por meio da canalização dos aportes monetários provenientes de diferentes fontes. A economia monopoliza praticamente tudo. A outra consequência é a ingerência do estado no âmbito cultural, e se uma ou outra atividade de índole cultural escapa a seu controle, considera-se ameaçado em sua organização monolítica. Esta situação, que atinge seu paroxismo nos estados totalitários, enseja muitas tragédias; por outro lado, nos regimes chamados 'liberais' não se pode, por exemplo, praticar uma medicina alternativa porque os hospitais acessíveis às pessoas comuns são regidos pelo estado; nem sequer é possível construir uma casa como se gostaria, ou fundar uma sociedade sem que haja a aprovação dos planos e dos regimentos pelo estado... Na Europa medieval, até o século XVI, era impensável que a *vita socialis* das corporações, e até mesmo a *conversatio civilis* das instituições, pudessem ser animadas e até mesmo menos controladas pelo estado.

Mas é preciso levar esta análise mais longe. Mediante a redução do campo da política para o estado – as relações entre os estados são as que são – a política se reduz exclusivamente ao conjunto dos meios para conquistar ou manter o poder, e Carl Schmitt tem razão: reduziu-se à dialética amigo/inimigo. A política se converte, então, na maneira como o animal humano resolve seus assuntos com os outros grupos, e daí vem a consequência lógica expressa pela famosa frase de Clausewitz, segundo a qual a guerra não é mais do que a continuação da política por outros meios (mais violentos e decisivos). Assim, chegamos ao darwinismo social, com *the survival of the fittest* (a sobrevivência do mais forte e capaz). A política seria reduzida à astúcia da selva.

Mas eu gostaria de abordar a questão partindo de uma análise da situação atual, nascida na cultura ocidental. Vamos recorrer à história.